

DANIEL LAVAREDA

# O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE CONTAS E A EFETIVIDADE JURISDICIONAL

A experiência do Tribunal de Contas  
dos Municípios do Estado do Pará

Prefácio  
Milton Nobre

 FÓRUM

Autor  
Daniel Lavareda

# O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE CONTAS E A EFETIVIDADE JURISDICIONAL

## A experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

Prefácio  
Milton Nobre

**Área específica**  
DIREITO MUNICIPAL.

**Áreas afins**  
DIREITO ADMINISTRATIVO;  
DIREITO CONSTITUCIONAL;  
DIREITO PÚBLICO.

**Público-alvo/consumidores**  
ESTUDANTES DE DIREITO E CONTABILIDADE.  
PROFISSIONAIS DO DIREITO E CONTABILIDADE  
COM ATUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO  
MUNICIPAL. SERVIDORES E AGENTES  
POLÍTICOS MUNICIPAIS, DENTRE ADVOGADOS,  
PROCURADORES, CONTADORES E ORDENADORES  
DE DESPESAS. MEMBROS DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL, MINISTÉRIO  
PÚBLICO DE CONTAS E MAGISTRADOS.

O controle externo da Administração Pública, exercido pelos Tribunais de Contas, é temática atual, dada a relevância das atividades desempenhadas na proteção ao erário, em observância aos ditames constitucionais e demais normas infraconstitucionais, notadamente da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações e Lei de Acesso à Informação.

Sob tal cenário, as competências e prerrogativas dos Tribunais de Contas vêm sendo amplificadas e fortalecidas, com o reconhecimento desta jurisdição especial e própria, a partir da reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A partir do cenário atual, a presente obra vem apresentar um detido estudo, ante o histórico da instituição dos Tribunais de Contas, no sistema jurídico-constitucional brasileiro, ao que pavimenta, a partir das décadas de estudos de seu autor, como servidor e atual Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reflexões sobre as competências da Corte de Contas Municipal do Estado do Pará e de suas funções precípuas, sedimentando princípios básicos para a construção do nomeado “processo de contas”, como ramo autônomo e do direito brasileiro.

Atualíssima, a obra incorpora e consolida conhecimentos aprofundados do funcionamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com enfoque em sua lei orgânica e regimento interno, além de sinalizar as transformações em andamento, junto às normas que disciplinam o exercício de suas competências, sendo obrigatória e inédita para todos os profissionais que atuam junto aos Poderes Públicos Municipais do Estado Pará e demais agentes envolvidos no controle externo.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm  
CÓDIGO: 10001538

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L396d Lavareda, Daniel

O desenvolvimento do processo de contas e a efetividade jurisdicional: a experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará / Daniel Lavareda. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

320p.; 14,5cm x 21,5cm

ISBN: 978-85-450-0609-1

1. Direito Municipal. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional.  
4. Direito Público. I. Título.

CDD: 341

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LAVAREDA, Daniel. *Processo de contas e a efetividade jurisdicional: a experiência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 320p. ISBN 978-85-450-0609-1.

**Daniel Lavareda** é Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM-PA (2007). Conselheiro-Presidente (2017-2018) e Conselheiro-Corregedor (2015-2016). Advogado, Diretor Jurídico e Auditor do TCM-PA (1993-2007). Diretor, Secretário-Adjunto e Conselheiro da OAB – Seção do Pará (1995-2000). Professor de Direito Administrativo na Universidade da Amazônia (1990-1994). Pós-Graduado em Direito Público Municipal pela Universidade Federal do Pará (1999). Bacharel em Direito pela Universidade da Amazônia (1984).

PREFÁCIO	
<b>Milton Nobre</b> .....	15

TÍTULO I  
ASPECTOS GERAIS

CAPÍTULO I	
BREVE PANORAMA HISTÓRICO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO E SUA NATUREZA JURÍDICA AUTÔNOMA.....	21

CAPÍTULO II	
A IMPORTÂNCIA DA UNICIDADE DE PROCEDIMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DO PROCESSO DE CONTAS....	31

TÍTULO II  
DA JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIAS E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I	
DA JURISDIÇÃO .....	39
SEÇÃO I – Da delimitação conceitual de jurisdição .....	40
SEÇÃO II – Da fixação de competência para exercício do poder jurisdicional .....	43
SEÇÃO III – Da definitividade do provimento jurisdicional dos Tribunais de Contas .....	59
SEÇÃO IV – Da jurisdição do TCM-PA .....	65

CAPÍTULO II	
DAS COMPETÊNCIAS .....	67
SEÇÃO I – Das competências informativa, normativa e pedagógica..	73
SEÇÃO II – Da competência consultiva.....	75
SEÇÃO III – Da competência corretiva .....	77
SEÇÃO IV – Da competência fiscalizadora e cautelar .....	79
SEÇÃO V – Da competência judicante .....	82
SEÇÃO VI – Da competência sancionatória.....	89

CAPÍTULO III	
DA ORGANIZAÇÃO .....	95
SEÇÃO I – Do Tribunal Pleno .....	97
SEÇÃO II – Da Câmara Especial de Julgamento.....	102
SEÇÃO III – Da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria .....	105
SUBSEÇÃO I – Do presidente .....	105
SUBSEÇÃO II – Do vice-presidente .....	106
SUBSEÇÃO III – Do corregedor.....	106
SEÇÃO IV – Dos conselheiros.....	107
SEÇÃO V – Dos conselheiros substitutos.....	120

TÍTULO III  
DO PROCESSO DE CONTAS

CAPÍTULO I	
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	127
SEÇÃO I – Princípio da oficialidade .....	129

SEÇÃO II – Princípio da verdade material .....	133
SEÇÃO III – Princípio do formalismo moderado .....	136
SEÇÃO IV – Princípio da participação popular ou do controle social .....	138
CAPÍTULO II DAS PARTES .....	145
CAPÍTULO III DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	155
CAPÍTULO IV DOS PRAZOS .....	163
SEÇÃO I – Dos prazos das partes.....	164
SEÇÃO II – Dos prazos internos.....	165
SUBSEÇÃO I – Dos prazos do relator e Ministério Público .....	166
SUBSEÇÃO II – Dos prazos das unidades administrativas.....	167
CAPÍTULO V DAS NULIDADES PROCESSUAIS.....	169
CAPÍTULO VI DA PRESCRIÇÃO.....	175
CAPÍTULO VII DAS PROVAS .....	183
CAPÍTULO VIII DA CLASSIFICAÇÃO E DOS RITOS DOS PROCESSOS DE CONTAS.....	191
SEÇÃO I – Aspectos gerais .....	191
SEÇÃO II – Dos processos em espécie.....	192
SUBSEÇÃO I – Do processo de prestação de contas de governo .....	192
SUBSEÇÃO II – Do processo de prestação de contas de gestão .....	197
SUBSEÇÃO III – Considerações acerca da competência de julgamento das contas do chefe do Executivo municipal.....	200
SUBSEÇÃO IV – Dos processos de consultas .....	216
SUBSEÇÃO V – Dos processos de registro de atos de pessoal .....	219
SUBSEÇÃO VI – Dos processos de tomada de contas e tomada de contas especial.....	223
SUBSEÇÃO VII – Dos processos de denúncias e representações .....	225
SUBSEÇÃO VIII – Dos processos de verificação de legalidade de ato .....	229
SUBSEÇÃO IX – Do processo de pedido de revisão .....	231
CAPÍTULO IX DOS RECURSOS .....	253
SEÇÃO I – Aspectos gerais .....	253
SEÇÃO II – Do recurso ordinário .....	255
SEÇÃO III – Dos embargos de declaração .....	257
SEÇÃO IV – Do agravo .....	260
CAPÍTULO X DOS INCIDENTES PROCESSUAIS E DOS PROCESSOS INCIDENTAIS .....	263
SEÇÃO I – Dos incidentes processuais .....	263
SEÇÃO II – Dos processos incidentais .....	264
SUBSEÇÃO I – Do incidente de uniformização de jurisprudência .....	265
SUBSEÇÃO II – Da exceção de suspeição ou impedimento.....	266
SUBSEÇÃO III – Do incidente de resolução de demandas repetitivas .....	266

CAPÍTULO XI	
DAS DECISÕES.....	269
SEÇÃO I – Das decisões e/ou deliberações monocráticas.....	269
SEÇÃO II – Das decisões e/ou deliberações colegiadas .....	270
SEÇÃO III – Das formas de decisão de mérito .....	273
SUBSEÇÃO I – Das contas regulares .....	273
SUBSEÇÃO II – Das contas regulares com ressalvas.....	273
SUBSEÇÃO III – Das contas irregulares.....	274
SUBSEÇÃO IV – Das contas ilíquidáveis .....	276
SEÇÃO IV – Das decisões em processos de prestação ou tomada de contas.....	277
SEÇÃO V – Das decisões nos processos de denúncia ou representação .....	279
SEÇÃO VI – Das decisões nos processos de recursos ou pedido de revisão .....	279
SEÇÃO VII – Das decisões nos processos de consulta .....	280

#### TÍTULO IV

##### DA EFETIVIDADE JURISDICIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

CAPÍTULO I	
TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO (TAG).....	285
SEÇÃO I – Disposições gerais.....	285
SEÇÃO II – <i>Leading case</i> : o TAG da transparência pública.....	289
CAPÍTULO II	
MEDIDAS CAUTELARES E ACAUTELATÓRIAS .....	297
CAPÍTULO III	
DA EFETIVIDADE DAS COMPETÊNCIAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	309
REFERÊNCIAS.....	315